



PARA ASSUMIR PROTAGONISMO

Marco Antônio Lage, prefeito de Itabira, é eleito presidente da AMIG com objetivo de colocar o seu município à frente das discussões sobre os processos de fechamento de minas e o futuro pós-mineração

Foto: Divulgação/Zé Silva



O Brasil precisa virar a página com uma política para os seus minerais

José Silva Soares, o Zé Silva, é deputado federal pelo Solidariedade de Minas Gerais e presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMIn). O artigo foi publicado pela primeira vez no site "Brasil Mineral".

O Brasil está em uma posição privilegiada no cenário global quando se trata de minerais críticos e estratégicos. O país possui reservas significativas de ferro, cobre, níquel, bauxita, terras raras e lítio. Temos 15 dos 51 minerais considerados críticos pelos Estados Unidos. No entanto, até o momento, não temos uma política específica para esses recursos, ao contrário de países mineradores, como China, Canadá, Austrália, entre outros.

Foi nesse contexto que apresentamos o Projeto de Lei 2780/2024, para instituir a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE). O objetivo é fortalecer a mineração brasileira e a indústria de transformação e processamento mineral, oferecendo medidas de incentivo às cadeias produtivas que envolvem esses minerais críticos e estratégicos, fundamentais para a transição energética global, produção de fertilizantes e para avanços científicos e tecnológicos em diversos setores.

Um dos desafios que enfrentamos é o baixo mapeamento geológico do nosso território. Apenas 27% do Brasil foi mapeado em escalas adequadas. Em comparação, países como Canadá, Estados Unidos, Austrália e África do Sul já possuem mapeamento praticamente completo de seus territórios em escalas de semidetalhe e detalhe. É imperativo que conheçamos melhor nossas riquezas minerais, até por uma questão de segurança nacional.

O momento delicado que vivemos de emergência climática e de dependência de fertilizantes importados evidencia a necessidade de subsídios fiscais previstos no projeto para o desenvolvimento da mineração brasileira. Mais de 70% dos fertilizantes utilizados na agricultura nacional são provenientes do exterior. Ou seja, tanto o agronegócio quanto a descarbonização do planeta dependem diretamente dos minerais críticos e estratégicos para avançar.

Se por um lado o Brasil é atrativo devido às suas reservas minerais, por outro, possui uma alta carga tributária, que desestimula investimentos, dificulta a competitividade e ameaça a segurança jurídica dos investidores. Por isso, a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) fomenta um cenário mais favorável para os aportes no setor.

A mineração é uma indústria que requer investimentos de grande escala, com riscos financeiros substanciais assumidos integralmente pelos empreendedores. Ainda

assim, o setor tem demonstrado compromisso com investimentos socioambientais significativos. De 2024 até 2028, devem ser investidos US\$ 64,5 bilhões no setor de mineração. Deste montante, US\$ 10,67 bilhões, ou 16,6% do total, serão especificamente destinados a ações socioambientais.

Apesar da demanda crescente por minerais, enfrentamos também obstáculos que vão além da oferta e procura. A Agência Nacional de Mineração (ANM) ainda se encontra com uma estrutura inadequada para apresentar resultados eficientes. Com os avanços de 2024 e a realização do concurso público em breve, esperamos que o ente possa desempenhar seu papel fiscalizador e regulador de forma plena nos próximos anos.

Dentro desse contexto, a PNMCE busca fomentar uma mineração que dê conta de conciliar um dos grandes desafios da humanidade: produzir riquezas enquanto preserva o meio ambiente, promovendo o crescimento econômico lado a lado com o desenvolvimento social e a proteção dos recursos naturais.

Os minerais críticos e estratégicos representam uma oportunidade para o Brasil se posicionar como líder global em uma economia de baixo carbono. Com uma política adequada e investimentos direcionados, podemos aproveitar nossas riquezas minerais de forma responsável e impulsionar a inovação, gerar empregos de qualidade e contribuir para um futuro mais sustentável.

“Um dos desafios que enfrentamos é o baixo mapeamento geológico do nosso território. Apenas 27% do Brasil foi mapeado em escalas adequadas”

EDITORIAL

Enfim, um triunfo dos sem-proteção

Preste a atenção neste aforismo popular de origem lusitana: “não há bem que sempre dure, nem mal que nunca se acabe”. A reflexão é usada em distintas ocasiões. Algumas vezes, atenua situações adversas. Em outras, nas atitudes em benefício do bem. Nada é eterno. Felizmente, essa narrativa é gancho para boas novas.

Observe esse panorama. As sociedades do entorno das minerações padecem com as agressões socioeconômicas e ambientais. Essa realidade caracteriza o pragmatismo do mercado. O lucro primeiro, as consequências depois.

As prefeituras dos municípios mineradores recebem míseras compensações pela irreversível devastação do meio ambiente. O extrativismo é uma atividade prioritariamente financeira, “mas como dói”. A população, por sua vez, sofre com os graves problemas

de saúde pública oriundos da poluição atmosférica. E não apenas isso. As detonações nas minas acarretam sérios problemas estruturais em imóveis.

Recentemente, um neofantasma passou a atormentar as noites dos moradores das áreas de influência das mineradoras: o iminente rompimento das assustadoras barragens de contenção de rejeitos. Ainda bem que males não duram eternamente. É nesse contexto que se manifesta a boa nova. A Justiça resolveu se justificar. O terceiro poder da República e o Ministério Público desenvolveram impactantes ações em benefícios de indefesos cidadãos, reféns dos grandes conglomerados de exploração de minérios.

Em Itabira, a Vale pagou o devido pato em duas situações: o realoque das famílias das proximidades do Sistema Pontal e a condenação pelos efeitos colaterais das obras de descaracterização das barragens. Já a Anglo American teve que reassentar comunidades de Conceição do Mato Dentro. Como se vê, prevaleceu o triunfo dos agora ex-desprotegidos.

“O terceiro poder da República e o Ministério Público desenvolveram impactantes ações em benefícios de indefesos cidadãos, reféns dos grandes conglomerados de exploração de minérios.”

EXPEDIENTE

DeFato

Diretor Administrativo
Thiago Jacques
thiago@defatoonline.com.br

Gerente Comercial
Rachel Furtado
rachel@defatoonline.com.br

Redação
Giovanna Victória
Guilherme Guerra
Jardel Mendes
Sara Zeferino

Editorial
Fernando Silva

Editores de Jornalismo
Fernando Silva
Gustavo Linhares

Fotos Capa
Principal: Filipe Augusto/PMI
Entrevista: Reprodução/YouTube

Gerente de Produção
Marina Colombo
opec@defatoonline.com.br

Gerente Financeiro
Cleise Martins
financeiro@defatoonline.com.br

Diagramação
Sônia Oliveira - Ponte Propaganda
gerencia@pontepropaganda.com.br

Impressão:
Gráfica Pinus

“Precisamos colocar na agenda do SUS as questões do rompimento de barragem”, afirma a promotora Vanessa Campolina

A atividade minerária impõe à população do seu entorno questões específicas de saúde que têm se tornado desafiadoras para o sistema público de saúde

Vanessa Campolina é promotora de Justiça e atua na Coordenadoria Regional das Promotorias de Defesa da Saúde, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), na região macrocentro do Estado — em que engloba cidades mineiras como Barão de Cocais, Catas Altas, Itabira, João Monlevade, Ouro Preto, Santa Bárbara, dentre outras.

A promotora, que acompanha o andamento do acordo judicial de reparação na bacia do Rio Paraopeba, onde está Brumadinho, cidade atingida pelo rompimento da barragem Córrego do Feijão, fala sobre as questões de saúde referentes à população de áreas mineradas. A entrevista foi concedida à Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas), em seu canal no YouTube.

Como lidar com as questões de saúde nos territórios minerados?

Fortalecer o SUS [Sistema Único de Saúde] é a resposta para as questões de saúde que estão surgindo. Você não precisa de um SUS paralelo para as pessoas atingidas, mas você precisa desse olhar específico. Então, você precisa colocar na agenda do SUS as questões do rompimento de barragem.

Logo após o rompimento, o Ministério da Saúde, independente do acordo que foi firmado, ele contratou um estudo para análise da situação de saúde da população de Brumadinho. Então, esse estudo, quem vem conduzindo é a Fiocruz Minas e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), contratado pelo Ministério da Saúde.

Já foi apresentado algum resultado desse estudo?

Os relatórios apontaram, para além de outras condições preocupantes de saúde, uma exposição a metais. Essas pessoas tinham um valor de referência, níveis de metais acima do valor de referência, arsênio, chumbo e outros metais.

E um ponto de preocupação que foi colocado pela Fiocruz à época é como a saúde vai responder por esse resultado. Como que essas pessoas podem procurar, a quem eles precisam procurar, como procurar a APS, se nós tínhamos rede de laboratório suficiente para poder fazer esses exames.

Então nós começamos uma grande movimentação de conversa entre a Secretaria Municipal de Saúde de Brumadinho, a Secretaria de Estado de Saúde, o Ministério da Saúde, a própria Fiocruz, porque foi identificada uma lacuna no sistema de saúde.

Qual é essa lacuna no sistema de saúde identificada a partir do estudo da Fiocruz?

Essa lacuna se apresenta da seguinte forma. Se você tem uma situação de intoxicação, o SUS consegue responder por isso, aquela intoxicação imediata. Mas o SUS, ele não está preparado e não consegue responder para um monitoramento dessas pessoas expostas.

Então esse protocolo [de Assistência à Saúde aos Casos de Exposição a Substâncias Químicas Decorrentes da Atividade Minerária no Âmbito do SUS], que foi publicado a primeira versão no primeiro semestre [de 2024] e agora está partindo para a segunda versão, é parte dessas medidas que o Estado precisa cumprir, precisa adotar para que essas pessoas tenham a resposta adequada do SUS para isso que apareceu.

Considerando que nós somos, para além dos dois rompimentos [Brumadinho e Mariana], um Estado minerário. Então o Ministério Público vem cobrando essas respostas, não só do próprio Minis-

“Fortalecer o SUS é a resposta para as questões de saúde que estão surgindo”

Foto: Reprodução/YouTube



Vanessa Campolina, promotora de Justiça, acompanha o andamento do de reparação na bacia do Rio Paraopeba

tério da Saúde, que inclusive foi o contratante dos estudos, então ele precisa também atuar para que o SUS esteja preparado para isso, como também pela Secretaria de Estado de Saúde.

Fale mais sobre esse protocolo de assistência em casos de exposição a substância químicas da mineração?

É um protocolo que é complexo porque ele não existe, ele está sendo criado pela primeira vez. Então foi um desafio grande para a saúde, o Ministério Público não participa da elaboração, é um protocolo de saúde pelo Poder Executivo, pelos órgãos de saúde, mas ele abriu para a consulta pública.

O protocolo é somente um passo, deixando só claro uma questão. Esse protocolo que foi publicado é um protocolo específico para a questão dos metais. O que é um protocolo? O protocolo fala o seguinte, quais são as recomendações que a saúde precisa ado-

“Com a elaboração de protocolos específicos para as pessoas atingidas, não só pelos rompimentos, mas também pela mineração”

tar, quais são os fluxos, por onde aquela pessoa vai passar pelo sistema, ele vai orientar as ações que a saúde vai adotar, quais procedimentos que serão adotados.

Um protocolo é um documento orientativo da saúde. Este protocolo que foi publicado é um protocolo relacionado a metais. O que nós discutimos também é não só a importância desse passo que foi dado, mas passos para além. Com a elaboração de protocolos específicos para as pessoas atingidas, não só pelos rompimentos, mas também pela mineração.

Relatório da Feam detalha recuperação ambiental de minas no Estado

Documento apresenta status de 79 áreas mineradas, incluindo sete já totalmente recuperadas

Foto: Divulgação/Sisema

A Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) divulgou o relatório executivo “Recuperação Ambiental das Minas em Processo de Fechamento no Estado de Minas Gerais”. O documento reúne informações técnicas detalhadas sobre 79 áreas mineradas, das quais 72 estão em

processo de recuperação ou fechamento ambiental, enquanto sete já tiveram o processo de recuperação concluído.

O objetivo é oferecer transparência sobre os processos de fechamento de minas e reforçar o compromisso com a recuperação ambiental de áreas impactadas pela mineração.

A disponibilização do relatório reflete os esforços do estado de Minas Gerais em promover uma mineração mais responsável e mitigar os impactos ambientais da mineração. O documento pode ser acessado no site oficial da Feam.

“O objetivo é oferecer transparência sobre os processos de fechamento de minas”



Para cada mina foi construída uma ficha técnica, que contém informações referentes ao processo administrativo

Ministério Público move 11 ações contra mineradoras por danos ambientais na Serra do Espinhaço

Empresas são acusadas de extração ilegal de rochas ornamentais, causando danos irreversíveis ao ecossistema protegido pela Unesco

Foto: Divulgação/MPMG

O Ministério Público ajuizou 11 Ações Cíveis Públicas (ACPs) no final de dezembro contra mineradoras que operam de forma irregular na Serra do Espinhaço, na região de Diamantina. Reconhecida como Reserva Mundial da Biosfera pela Unesco, a área sofreu graves impactos ambientais atribuídos à extração ilegal de quartzito e outras rochas ornamentais.

Entre os problemas estão a supressão de vegetação nativa do Cerrado e da Mata Atlântica, intervenções em recursos hídricos, destruição de áreas de proteção ambiental, e impacto a espécies ameaçadas de extinção. Um dos casos mais alarmantes é o dano irreversível à caverna Lapa do Caboclo, em Diamantina.

As ações exigem R\$ 82,6 milhões em indenizações por danos ambientais, morais coletivos e enriquecimento ilícito das empresas.

“A área sofreu graves impactos ambientais atribuídos à extração mineral ilegal”



Segundo o Ministério Público, a atuação irregular de mineradora tem ameaçado a Serra do Espinhaço, uma Reserva Mundial da Biosfera

Prefeito de Itabira, Marco Antônio Lage é eleito presidente da AMIG

A vice-presidente é Josemira Raimunda Diniz Gadelha, prefeita de Canaã dos Carajás, no Pará

Fotos: Filipe Augusto/PMI

No dia 16 de janeiro, o prefeito de Itabira, Marco Antônio Lage (PSB), foi eleito presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig) para o biênio 2025-2027. A vice-presidente é Josemira Raimunda Diniz Gadelha (MDB), prefeita de Canaã dos Carajás, no Pará.

Marco Lage será o segundo prefeito de Itabira a presidir a instituição. O primeiro foi José Maurício Silva, em 1984.

A nova diretoria da AMIG também terá Angelo Osval-



Marco Antônio Lage tomou posse como presidente da AMIG no mês de janeiro, com a sua gestão iniciando em fevereiro

“Marco Lage será o segundo prefeito de Itabira a presidir a instituição”

do (PV), prefeito de Ouro Preto, como diretor administrativo; João Marcelo Dieguez Pereira (Cidadania), prefeito de Nova Lima, como diretor financeiro; e Juliano Du-

arte (PSB), prefeito de Mariana, como diretor de meio ambiente.

Já os prefeitos Raimundo Nonato de Barcelos “Nozinho” (PDT), de São Gonçalo do Rio Abaixo;

Otacílio Neto Costa Mattos “Ota-cilinho” (PSB), de Conceição do Mato Dentro; e Élio da Mata Santos (Cidadania), de Itabirito, formarão o conselho fiscal.

Foto: Filipe Augusto/PMI



Zé Fernando, que ocupou a presidência da AMIG nos últimos dois biênios, transferiu o cargo para Marco Antônio Lage

Zé Fernando, ex-prefeito de Conceição do Mato Dentro, deixa o cargo

O então prefeito de Conceição do Mato Dentro, José Fernando Aparecido de Oliveira (MDB), se despediu da presidência da AMIG, cargo que ocupou por dois mandatos consecutivos (2021 a 2024). A sua gestão foi marcada pela campanha em prol do pagamento de royalties atrasados pela Vale.

Segundo a AMIG, à época do lançamento da campanha, a Vale estaria devendo R\$ 2.319.646.823,14 aos municípios onde tem atuação. Somente para Itabira, o valor da dívida estaria em R\$ 39.566.805,32. “Gostaria de agradecer a toda a equipe técnica da AMIG e aos nossos associados por esses anos de parceria. Tivemos grandes conquistas, mas sabemos que ainda há muito a ser feito, principalmente em relação à legislação e fiscalização. Tenho fé de que a nova diretoria dará sequência a esse trabalho com maestria”, afirmou Zé Fernando.

“A discussão do legado da mineração tem que sair de Itabira e ir para o País”, afirma Marco Lage

Desde que oficializou a sua candidatura à presidência da AMIG, no final de 2024, Marco Antônio Lage tem destacado a importância de Itabira assumir a presidência da instituição, já que a cidade enfrenta os desafios do fim da extração mineral.

“Socialmente pode ser um grande desastre ver, em uma cidade como Itabira, acabar o minério e ela ficar pobre, esvaziada e sem o legado da mineração. A discussão do legado da mineração tem que sair de Itabira e ir para o País”.

Durante o seu discurso de posse na AMIG, Marco Lage voltou a o assunto: “Nós temos uma indústria que, ao contrário de outros setores, tem um produto finito. Ou seja, o nosso setor de mineração termina e tem uma data para acabar. Se isso é uma realidade, precisamos olhar isso de uma maneira mais ampla, 360 graus”.

Foto: Filipe Augusto/PMI



Marco Antônio Lage discursa para os prefeitos dos municípios mineiros durante a sua posse na AMIG

Caso Samarco: novo acordo não atrai e municípios atingidos focam em ação inglesa

Poucas cidades afetadas pela queda de barragem em Mariana aceitam repactuação

Fotos: Divulgação/Fundação Renova

A repactuação do processo de reparação dos danos causados no rompimento da barragem da mineradora Samarco ainda não seduziu boa parte dos municípios atingidos. Firmado no ano passado e homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o novo acordo foi negociado em busca de soluções para impasses que persistem após mais de nove anos da tragédia. Entre diversas medidas, foi prevista a transferência de recursos para as prefeituras desses municípios.

Mas havia uma condição: desistir da ação de reparação de danos que tramita na Justiça inglesa. No entanto, até o momento, apenas quatro cidades tiveram a desistência confirmada. As outras 42 continuam buscando a reparação dos danos fora do Brasil.

O acordo de repactuação deu às prefeituras 120 dias para deci-

“O novo acordo foi negociado em busca de soluções para impasses que persistem após mais de nove anos da tragédia”



Reflorestamento de áreas atingidas pela lama após a tragédia de 2015, em Mariana

dir sobre a adesão do município. A contagem do prazo se inicia com a data da homologação pelo STF, que ocorreu em 6 de novembro de 2024. Portanto, a decisão pode ser tomada até o dia 6 de março. Diferentes municípios têm manifestado tendência de se manterem focados no processo que tramita nos tribunais ingleses.

“Diferentes municípios têm manifestado tendência de se manterem focados no processo que tramita nos tribunais ingleses”

Como está a ação movida na Inglaterra

O julgamento na Inglaterra havia sido paralisado em 20 de dezembro para o recesso de fim de ano e foi retomado no dia 13 de janeiro. Nele, cerca de 620 mil atingidos, além de municípios, comunidades indígenas e quilombolas, empresas e instituições religiosas, processam a BHP Billiton, que tem sede em Londres.

A ação, que tramita desde 2018, entrou na etapa de julgamento do mérito em outubro do ano passado. Ao final das audiências, que deverão se estender até o mês de março, os juízes irão determinar se há ou não responsabilidade da mineradora. Em caso positivo, o tribunal passará a analisar os pedidos de indenização individual, o que poderá se arrastar até o fim de 2026.

O escritório Pogust Goodhead, que representa os atingidos, pleiteia uma indenização a ser paga pelas mineradoras em torno de R\$ 260 bilhões.

Entenda o novo acordo da tragédia de Mariana

Costurado após três anos de discussões, o acordo de repactuação buscou oferecer respostas aos impasses acumulados e aos milhares de processos judiciais questionando a atuação das mineradoras e da Fundação Renova, criada para administrar todas as medidas reparatórias.

O novo acordo de repactuação extinguiu a Fundação Renova e estabeleceu novas medidas. As mineradoras — Vale, BHP Billiton e Samarco — se comprometeram a destinar R\$ 100 bilhões em dinheiro novo. Deste total, R\$ 6,1 bilhões seriam direcionados a 49 municípios, em parcelas anuais que se estendem por 20 anos.

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil



Rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, destruiu o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana

Acordo de R\$ 900 milhões: Anglo American reassentará comunidades em Conceição

O Termo de Acordo foi assinado entre todas as partes envolvidas no final de 2024

Após mais de um ano em negociações, cerca de 400 famílias atingidas pela mineração fecharam um acordo de R\$ 900 milhões com a empresa Anglo American para o reassentamento de quatro comunidades rurais

“Reassentamento de quatro comunidades rurais localizadas abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American”

localizadas abaixo da barragem de rejeitos da multinacional, em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas.

O Termo de Acordo foi assinado no dia 27 de novembro de 2024 por representantes des-

as quatro comunidades; da mineradora Anglo American; dos dois municípios; do governo do Estado; do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab), que é uma Assessoria Técnica Independente (ATI) responsável por atender as famílias atingidas pela mineração em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas.

Fotos: Divulgação/Nacab



Comunidade São José do Jassém, na região de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, será uma das localidades reassentadas

“A Lei Mar de Lama Nunca Mais foi aplicada em contexto fora de emergência ou de rompimento de barragem, determinando um reassentamento preventivo”

Acordo é considerado inédito e transformador

O Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica do Ministério Público classificou de “consenso inédito e transformador” por ter sido a primeira vez que pessoas atingidas participaram da mesa de negociação para um acordo dessa relevância.

Foi também a primeira vez que a Lei Mar de Lama Nunca Mais foi aplicada em contexto fora de emergência ou de rompimento de barragem, determinando um reassentamento preventivo. Ainda, foi inovadora a aplicação da recente Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), que estabelece os direitos das populações atingidas por barragem.

Foto: Ascom/MPMG



Reunião no Ministério Público para assinatura do acordo de reassentamento de comunidades de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas

Em Itabira, mineradora Vale também terá que realocar famílias

Atendendo a pedido do Ministério Público, a Justiça determinou que a Vale efetue a realocação de todas as famílias que estejam com as moradias sob algum risco de desabamento devido às obras realizadas pela mineradora no Sistema Pontal, em Itabira.

Para preservar os atingidos e fornecer as mesmas ou melhores condições de moradia, a Justiça estabelece que a mineradora leve em consideração as características de cada família e o direito de elas serem acompanhadas pela assessoria técnica independente.

Segundo a decisão, a mineradora também deve criar, em 30 dias, um protocolo de monitoramento das casas evacuadas para evitar saques, uso indevido e proliferação de doenças. Ainda cabe à Vale a realização de obras sugeridas pela Defesa Civil.



BOMBOU NA WEB

www.defatoonline.com.br

Foto: Freepik



Código Civil: Cônjuge e companheiro deixarão de ser herdeiros necessários

O anteprojeto de alteração do Código Civil propõe mudanças na posição do cônjuge e do companheiro em relação à herança. A principal delas é a exclusão do cônjuge e do companheiro como herdeiros necessários, o que significa que não fará concorrência com descendentes ou ascendentes. O atual Código Civil Brasileiro, de 2002, dá ao cônjuge e companheiro sobrevivente a condição de herdeiro necessário.

Casamento de Hulk termina na delegacia após ataques nas redes sociais

O atacante do Atlético Mineiro Hulk, de 38 anos, casou-se no dia 3 de janeiro, com Camila Ângelo, na Catedral Diocesana Nossa Senhora da Conceição, em Campina Grande, na Paraíba. A festa do matrimônio custou cerca de R\$ 15 milhões. Porém, nas redes sociais, uma série de ataques ao casal foi parar na polícia, com o produtor Jaeder Barreto abrindo um boletim de ocorrência com ações civis e criminais.

Foto: Pedro Souza/Atlético-MG



Foto: Reprodução/YouTube/@aventuraseviagens



Veículos pesados têm tráfego restrito na ponte do Rio Velhas, na BR-365

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) alerta para restrição de veículos pesados na ponte sobre o Rio Velhas, no km 141,6 da rodovia BR-365, em Várzea da Palma, Minas Gerais. A travessia, que fica no distrito de Barra do Guaiçuí, tem contrato firmado para execução de serviços para o reforço da sua estrutura. A restrição é para veículos com peso superior a 25 toneladas.

Homem morto na Mina de Brucutu foi atingido por disparos de arma de fogo

A declaração de Óbito de Fabiano Lourenço de Sá, de 39 anos, conhecido por "Godelo", confirmou que ele morreu por decorrência de asfixia e traumatismo perfuro-contuso, lesão causada por disparo de arma de fogo. O novaerense foi encontrado morto no dia 12 janeiro, na Mina de Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo. Godelo e outros dois homens invadiram a área restrita para garimpar ilegalmente.

Foto: Rodrigo Andrade/DeFato Online



NOTÍCIAS DA MINERAÇÃO

www.defatoonline.com.br

Foto: Divulgação/Gerdau



Gerdau usa programa Desenrola para encerrar disputa judicial de 20 anos

O ministro Gilmar Mendes, do STF, homologou acordo entre a Gerdau e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que põe fim a impasse judicial envolvendo condenação imposta pelo órgão à siderúrgica em 2005, por participação em cartel formado no mercado de vergalhões de aço. A Gerdau pagou a multa com um desconto de 65%: o valor final, de R\$ 256 milhões, foi quitado no dia 30 de dezembro.

Explosão em equipamento é registrado na ArcelorMittal, em João Monlevade

No dia 16 de janeiro, na usina da ArcelorMittal, em João Monlevade, aconteceu uma explosão em uma panela para armazenar escória líquida, com intensa fumaça e poeira. Não havia trabalhadores próximos ao equipamento. Em nota, a ArcelorMittal afirmou que "durante uma parada programada de manutenção em sua unidade, uma ocorrência no alto-forno gerou um barulho intenso, porém sem maiores consequências".

Foto: Reprodução/Redes sociais



Foto: Divulgação/Vale



Barragem de mineração em Nova Lima tem condição de estabilidade atestada

O Dique B, na Mina Horizontes, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, teve seu nível de emergência encerrado pela Agência Nacional de Mineração (ANM). A estrutura recebeu Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) positiva, atestando a sua segurança. A melhoria das condições de estabilidade foi possível graças às obras de direcionamento das drenagens no entorno do reservatório.

Governo do Estado multa Mineração Serras do Oeste em quase R\$320 milhões

O Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), multou a empresa Mineração Serras do Oeste em R\$ 319.439.738,57 por danos causados após deslizamento em uma pilha de rejeitos de uma das suas estruturas, em 7 de dezembro. O incidente afetou a vida de centenas de moradores de Conceição do Pará, que tiveram que deixar suas casas.

Foto: Divulgação/Agência Minas

